



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123310 - RJ (2020/0021770-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : LUCAS JACOB CARVALHO DE ASSIS (PRESO)
ADVOGADOS : EDUARDO LIMA GUIMARAES COSTA - RJ187232
PEDRO MANSUR DUARTE DE MIRANDA MARQUES - RJ180053
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : WELLINGTON SANTOS DE CARVALHO
CORRÉU : GLAUCO RIQUELI SANTOS NEVES

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, sem pedido liminar, interposto por LUCAS JACOB CARVALHO DE ASSIS contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro denegou a medida pleiteada naquela instância, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 42/43):

HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADO E PRESO PREVENTIVAMENTE POR CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, § 2.º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL). ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DE-CRETO PRISIONAL, POR AUSÊNCIA DOS RE-QUISITOS QUE AUTORIZAM A CUSTÓDIA CAU-TELAR, POR DESNECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA, ALÉM DE POSSUIR O PACIENTE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PRETENSÃO À REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA QUE SE NEGA. PRISÃO FUNDADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, POR CONVE-NIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PACIENTE QUE, JUNTAMENTE COM DOIS COMPARSAS, COM INEQUÍVOCO DOLO DE MATAR, EFETUOU DISPAROS DE ARMA DE FO-GO CONTRA A VÍTIMA, CAUSANDO-LHE LE-SÕES, QUE POR SUA NATUREZA E EXTENSÃO, FORAM A CAUSA EFICIENTE DE SUA MORTE. GRAVIDADE EM CONCRETO DA CONDUTA IM-PUTADA AO PACIENTE. INDÍCIOS DE QUE O DELITO FOI MOTIVADO PELA INSATISFAÇÃO DO PACIENTE E SEUS COMPARSAS COM A DESVINCULAÇÃO DA VÍTIMA DA FACÇÃO CRIMINOSA “COMANDO VERMELHO”. NECES-SIDADE DE SE ACAUTELAR O MEIO SOCIAL, A FIM DE EVITAR A REITERAÇÃO CRIMINOSA, O QUE COLOCARIA EM RISCO A ORDEM PÚBLICA. EVENTUAL PRIMARIEDADE, BONS ANTECE-DENTES, RESIDÊNCIA FIXA E TRABALHO LÍCI-TO, POR SI SÓS, NÃO JUSTIFICAM A CONCES-SÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA, QUANDO EXISTEM OUTROS DADOS QUE EVIDENCIAM A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA.

AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea quanto ao *periculum libertatis*.

No mérito, pediu o relaxamento da prisão preventiva.

O MPF manifestou-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

As instâncias ordinárias registraram indícios de que o recorrente teria matado, em concurso de pessoas e mediante disparos de arma de fogo, pessoa que havia se desvinculado de facção criminosa, em represália a essa desvinculação (e-STJ fl. 45):

Pelo que se extrai dos autos, no dia 17/05/2019, em via pública, no bairro Areal, em Barra do Piraí, o paciente e dois compar-sas teriam efetuado disparos de arma de fogo contra a vítima Vander-son, causando lesões, as quais, por sua natureza e extensão foram a causa eficiente de sua morte.

A vítima teria sido atingida de inopino, sem que tivesse chance de reação, em represália ao fato de ter se desvinculado da facção criminosa “Comando Vermelho”.

Quanto à necessidade da segregação cautelar, anotou-se a periculosidade revelada pelo réu, dada a gravidade concreta do crime e suas peculiares circunstâncias (e-STJ fl. 46):

Gize-se que o crime imputado ao paciente é gravíssimo, possuindo o delito de homicídio qualificado, inclusive, natureza hedionda, merecendo, assim, especial cautela no momento da decretação da prisão cautelar, o que foi observado no caso dos autos, e se mostra necessária, também, para se resguardar o meio social, a fim de evitar a reiteração criminosa, o que colocaria em risco a ordem pública.

Ao que se vê, o principal fundamento da prisão preventiva, ao lado da gravidade concreta desse delito violento, é o receio, baseado em circunstâncias concretas do caso destes autos, de que o réu torne a delinquir, dada a suposta relação com organização criminosa notória. Essas circunstâncias efetivamente podem legitimar a segregação cautelar, na linha dos seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. EMPREGO DE VIOLÊNCIA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA IN CASU. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs delineou o modus operandi empregado pelo paciente, consistente em roubo majorado pelo concurso de agentes - o paciente e mais 4 corréus agrediram a socos um motorista ainda dentro de um carro, o retiraram do veículo e

continuaram a espancá-lo; um dos corréus desferiu um soco na boca de uma passageira e, finalmente, foi subtraído o celular de outra das passageiras do veículo. Tais circunstâncias denotam sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

3. Condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória (precedentes).

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

5. Ordem denegada.

(HC 511.238/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 14/10/2019).

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE VIOLÊNCIA PARA ASSEGURAR A POSSE DA RES FURTIVA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. GRAVIDADE CONCRETA. HISTÓRICO PENAL DO RÉU. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROBABILIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, vulnerada diante da gravidade concreta do delito denunciado e do histórico penal do acusado.

2. Caso em que o recorrente está sendo acusado de haver subtraído o aparelho de telefonia celular da vítima Ingrid, tendo, logo após a subtração da coisa, praticado atos de violência contra a ofendida, agarrando-a pela cintura e agredindo-a com um pedaço de borracha, o que fez a fim assegurar a detenção da res furtiva - circunstâncias que denotam a excessiva periculosidade social do réu, autorizando a preventiva.

3. O fato de o acusado ostentar registro criminal anterior é circunstância que revela sua periculosidade social e a inclinação ao cometimento de crimes, demonstrando a real possibilidade de que, solto, volte a praticar ilícitos, reforçando a necessidade da preventiva, especialmente quando já foi beneficiado com a liberdade provisória em outro processo e voltou a delinquir.

4. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão cautelar se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia, como ocorre in casu.

5. Demonstrada a imprescindibilidade da preventiva diante da excessiva periculosidade social do acusado, resta clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão para o acautelamento da ordem pública. 6. Não há como, em sede de habeas corpus, concluir que o acusado será beneficiado com a fixação do regime inicial mais brando ou com a substituição da pena corporal por restritiva de direitos no caso de eventual condenação, sobretudo em se considerando as particularidades do delito perpetrado e o seu histórico criminal. 7. Recurso ordinário improvido.

(RHC 110.307/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA REAL (SOCOS NO ROSTO DA VÍTIMA). PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o periculum libertatis e o fumus commissi delicti, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele consiste no perigo que a permanência do agente em liberdade representa para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, e para a segurança da própria coletividade (ordem pública).

2. A prisão preventiva escorada no modus operandi, delineado em roubo por "arrastão", com emprego de violência real - consistente em socos no rosto da vítima -, na companhia de adolescente em conflito com a lei, demonstra a gravidade concreta da conduta que transborda do modelo típico do crime de roubo majorado e autoriza, assim, o acautelamento da coletividade.

3. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

4. Segundo reiteradas manifestações do Superior Tribunal de Justiça, eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, por si sós, conduzir à revogação da prisão preventiva.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 500.985/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019)

Assim, apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator